



Nova Ordem da Resistência ou Resistência Desordenada?: Relações de Poder na Era Digital¹

Matheus LOCK Santos²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Nos últimos anos, temos visto uma série de movimentos populares insurgindo contra formas tradicionais de dominação. Com a expansão das tecnologias digitais de comunicação e informação, novas possibilidades de ação foram realizadas nas disputas por controle, poder e resistência. Este artigo pretende refletir justamente sobre a potencialização trazida pela TDCI nas lutas políticas e de dominação/resistência.

PALAVRAS-CHAVE: resistências; controle; vigilância; estratégia; comunicação.

Introdução

Nos últimos anos últimos anos, pudemos presenciar uma série de fenômenos sociais de extrema força e virulência, eclodiram em diversas partes do mundo, com ênfase, principalmente, na Europa e no Mundo Árabe. Dois desses eventos que obtiveram grande notoriedade e destaque na mídia internacional foram os protestos na Grécia em 2008³ e no Irã em 2009⁴.

Esses são dois episódios simbólicos e muito ilustrativos das movimentações populares que se desenham neste início de século XXI, não porque lutaram por idéias democráticas de liberdade e justiça ou contra um sistema dominante e opressor, mas porque possuem características semelhantes. Em ambas as situações houve a apropriação das tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCI), mais especificamente das redes sociais, como ferramentas de agregação para o debate e a ação de resistência e luta. Por meio das TDCI, os manifestantes puderam construir uma rede que se tornou um pólo de convergência, difusão e publicação dos protestos. E o que é mais interessante, casos semelhantes aos relatados acima continuam ocorrendo

¹ Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Informação da UFRGS, email: matheuslock@yahoo.com.br.

³ Após a morte do jovem estudante Alexis Grigoropoulos, o país grego viveu dias de tensão com maciços protestos, organizados em sua grande maioria pela internet, que foram espontaneamente apoiados pela população, promovendo uma greve geral em repúdio à polícia e às políticas do atual governo. Nas semanas subsequentes, a Europa se viu invadida por diversas manifestações semelhantes, motivadas pelas ocorridas na Grécia

⁴ Ao final das eleições presidenciais, a população iraniana protestou contra o resultado final, devido às suspeitas de fraude na vitória do de Mahmoud Ahmadinejad frente à Mir Hussein Mousavi. Juntamente com os descontentes, grande parte da população engrossou o coro de protesto, aumentando a pressão por nova eleição. Houve violenta repressão, mas as manifestações persistiram, sendo organizadas e veiculadas através das redes sociais *online*.



com grande frequência, nos protestos após as eleições da Moldávia em abril de 2009, ou como nas revoltas populares na Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Bahrein e Iêmen no início de 2011, campanhas anti-globalização, ações “virais” ambientalistas, etc.

Após mais de três décadas de seu nascimento das TDCI, começamos agora a perceber mais claramente suas potencialidades tecnológicas nas relações de força no jogo das dominações e resistências. A partir desse cenário, pretendemos compreender as novas possibilidades de resistências proporcionadas pela apropriação das TDCI, dentro de um complexo emaranhado de relações de poder existentes em uma sociedade cada vez mais disciplinada, vigiada e controlada.

Poder e resistência na Sociedade Disciplinar

Para podermos compreender melhor estas novas possibilidades de luta nas relações de poder, temos, primeiramente, de compreender o que é resistência. Diferentemente de como se argumenta no senso comum, resistência não é uma posição, uma propriedade de um grupo ou classe ou então como um posicionamento ideológico, mas sim uma multiplicidade de pontos espalhados no tecido social (FOUCAULT, 1988).

Ela é imanente a toda e qualquer relação de poder, não como um oposto fadado à submissão, mas sim inscrita nesta relação como interlocutora irreduzível, (FOUCAULT, 1988) que pode provocar tanto transformações, clivagens, deslocamentos e reorganizações na dominação, ou mesmo rupturas sistêmicas – é o outro objetivado nas relações de poder. E este acontecimento transformador (ruptura) que vai nascer do acaso em que as lutas se inscrevem, é a inversão da relação de força, a troca de uma dominação e de um sistema de poder por outro. Se for verdade que “*onde há poder há resistência*” (FOUCAULT, 1988), então podemos afirmar que as resistências são respostas a determinados tipos de poder dentro de uma relação de força, por isso, para compreendermos as estratégias e táticas de resistência que se estabelecem nessa relação de força, é necessário primeiramente entender a dinâmica desta correlação, ou seja, as práticas de poder imanentes à dominação.

O Poder, dentro da analítica foucaultiana, deve ser compreendido como um nome dado a uma situação estratégica complexa, em uma determinada sociedade (FOUCAULT, 2009). Essa concepção acaba com a ideia de poder-coisa ou poder-produto e de uma dominação suprema, visceral e asfíxiante. O poder é considerado por Foucault como formas díspares e heterogêneas em constante transformação e deslocamento realizado ao longo das relações e práticas dispersas na ampla rede social, que se dão por



meio de condições historicamente estabelecidas. Estas correlações de força atravessam diversas camadas sociais: famílias; instituições religiosas; escolas; fábricas; discursos; saberes; Aparelhos de Estado etc.; e dão suporte a uma série de efeitos interligados que dão suportes a hegemonias de poder (FOUCAULT, 1988).

Ao realizar suas análises das relações de poder, Foucault percebe que qualquer tipo de hegemonia, para ser bem sucedida a longo prazo, não pode basear sua dominação apenas na opressão e violência, mas tem de realizar um sentido positivo e produtivo. No caso do sistema capitalista, esse poder positivo possui uma riqueza estratégica de eficiência e produtividade que vai tomar forma nas mais variadas tecnologias disciplinares da Era Contemporânea. A disciplina é um micro-poder que se realiza na concretude da vida cotidiana e foi pensada para adestrar e aperfeiçoar ao máximo as habilidades do corpo, aumentando assim suas potencialidades de produção e diminuir suas forças de resistência. A disciplina é realizada a partir da distribuição e classificação do espaço, do controle da atividade do corpo no tempo, da elaboração normativa, da observação constante e do desenvolvimento de um saber racional através do registro. Dentro desta tecnologia, os aspectos que são essenciais para seu funcionamento e desenvolvimento, a saber: a vigilância e a construção de saber.

Lembremo-nos daquele velho ditado popular: o olho do dono é que engorda o gado. Essa frase consegue expressar de forma clara a importância da vigilância nas sociedades disciplinares – observação intensa sobre os processos para se obter maior controle e conhecimento dos detalhes e para lograr eficácia e sucesso na empreitada. Na sociedade capitalista, a vigilância sofre ao longo dos anos um aumento significativo de escala, sendo considerada “*um operador econômico decisivo na medida em que é ao mesmo tempo peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar*” (FOUCAULT, 1977:157). Justamente por seu poder fiscalizador, controlador e seu efeito de poder no outro vigiado, Foucault traz a concepção de Panóptico para pensar metaforicamente uma sociedade cada vez mais vigiada pelo olhar invisível. Essa perspectiva de vigilância pode ser transposta para qualquer poder disciplinar, como escola, fábrica, exército, etc., pois o panóptico não é um local de observação ou posição externa de poder que se impõe, mas uma maneira de fazer ver e funcionar as relações de poder tornando as funções sociais mais fortes (FOUCAULT, 1977)⁵.

^A Em *Vigiar e Punir*, Foucault explica o funcionamento de uma sociedade disciplinar no exemplo da cidade em quarentena. Para acabar com a peste, a cidade foi dividida, classificada, hierarquizada, controlada, observada,



Outro aspecto de extrema relevância na ordem da dominação: os discursos realizados por um poder-saber. A disciplina por si só já é um grande produtor de discursos, pois gera em seu processo inúmeras formas de registros, exames, análises, relatórios, normatizações e racionalizações que visam melhorar a eficácia da produção e aperfeiçoar as possibilidades de extensão do domínio. Foucault afirma que o poder-saber é a “matriz de transformação” (FOUCAULT, 1988) das relações de força e é no discurso que elas se articulam, se reforçam, sobrepõem, invertem, etc. O discurso não é nem uniforme nem estável, mas uma multiplicidade de elementos que podem entrar em diferentes estratégias de acordo com as práticas discursivas envolvidas, as interdições, exclusões, locais de fala, hierarquias etc. O discurso não é simplesmente uma tradução das lutas ou das formas de dominação, mas sim pelo que se luta e onde ocorre a dominação.

A partir da produção de uma multiplicidade de discursos ao longo da cadeia social e de todas as formas de coerções envolvidas nas práticas discursivas, forma-se uma “política da verdade”, ou seja, mecanismos e instâncias que possibilitam diferenciar o que realmente pode ser verdadeiro ou não. Segundo Foucault, essa verdade discursiva possui cinco características historicamente importantes: centra-se no discurso científico e nas instituições que lhe abrigam; é incitada tanto economicamente quanto politicamente; é objeto de divulgação (por parte dos aparelhos de educação, comunicação e etc.) e apreensão (ou não) por parte da sociedade; sua produção é controlada e muitas vezes este controle está sob domínio de hegemonias econômicas e políticas; e também é objeto de disputa e confrontação política (FOUCAULT, 2009).

Dentro da perspectiva das relações de poder atomizadas e ramificadas na trama social nos seus mais diversos níveis, é possível compreender que a força de uma hegemonia ultrapassa os Aparelhos Repressivos ou Ideológicos do Estado de Althusser, formulados dentro da dicotomia vertical de superestrutura e infra-estrutura. Não se pode negligenciar a força de potência do Estado e suas instituições, mas é importante compreender que a disputa por dominação vai muito além destes aparelhos. Na perspectiva foucaultiana não há sinônimo entre Estado e poder, e por isso, é possível perceber claramente uma dinâmica de micro-poderes dispersos pela sociedade, que

registrada (mortos, doentes, etc.) etc. Tudo se interligava pelas forças de controle. Isso mostra que a disciplina também é um grande *dispositivo político* no momento em que funcionava como remédio social para findar não só as ameaças, mas o medo das ameaças. Seria a utilização da vacina de Barthes (2001), onde é preciso imunizar o imaginário social confessando um mal de forma acidental (a peste, o vagabundo, o comunista, o imigrante, etc.) para evitar um mal real e muito maior (desordem, subversão, motins, etc.).



podem servir como um sistema eficaz de dominação hegemônico. E são estas correlações de força que devemos desvendar para compreender as hegemonias atuais.

Da disciplina ao controle

A sociedade disciplinar foucaultiana, mesmo já apresentando indícios de existência na Idade Média, teve seu início entre os séculos VIII/XIX e apogeu no século XX e foi de certa forma, sucessora de outras formas de dominação, como as de soberania monárquicas. A sociedade disciplinar descrita por Foucault, conforme ele mesmo previa, passaria também por processos de crises e rupturas ao longo das correlações de força que a atravessam até incorrer numa gradativa superação por outro sistema de dominação.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista pós II Guerra Mundial, juntamente como o surgimento de diversas tecnologias, principalmente nos quesitos informação e comunicação (televisão, computador e internet), a concepção tanto de sociedade disciplinar, quanto do panóptico social foram colocadas, senão em xeque, pelo menos sob novas perspectivas e angulações. Deleuze (1994) vai afirmar que estamos vivenciando a passagem de uma sociedade enclausurada para uma sociedade de controle.

O sistema capitalista experimentado atualmente em muito se difere daquele do início do século XX, não só no que concerne às suas estruturas, mas também seus processos. O capitalismo que deu suporte às sociedades disciplinares era baseado na concentração de produção e na propriedade. Já o capitalismo financeiro atual é da ordem do fluxo em rede, da dispersão e conexão, da sobre-produção, da inteligência, do serviço e da informação, relegando o trabalho braçal para a periferia; e a expansão mercadológica é na base da tomada de controle, dos movimentos financeiros (DELEUZE, 1994). Nesta nova forma de capitalismo disperso, até mesmo os antigos locais de luta e resistência às disciplinas, confinamentos e a hegemonia do capitalismo burguês (sindicatos, partidos, guerrilhas e grupos de oposição radical – ETA, IRA, etc.) parecem estar defasados ou desarticulados para o combate às novas formas de controle informacional possibilitados pelo constante desenvolvimento tecnológico e aos discursos de verdade liberal economicista⁶.

⁶ Não que tenham deixado de existir na época da microinformática, pelo contrário, tentam se adaptar às tecnologias da informação participando ativamente da rede mundial de computadores, mas sua influência parece um tanto arrefecida, dando lugar a novas formas de ativismo.



A própria condição do homem sofre mutações neste processo de câmbio de ordem do capitalismo. Se antes o homem era sujeitado e individualizado pelos efeitos de poder dentro da massa, fazendo dela uma multiplicidade ordenada, na sociedade atual, os homens são divisíveis, meras amostras de um campo de observação. É ao mesmo tempo consumidor, cidadão, contribuinte, cliente ou vítima, depende da forma como se contabiliza. A transição proposta por Deleuze ainda não se deu por completo, por isso, é possível verificar a convivência de poderes disciplinares atuando conjuntamente com as formas de controle sobre os corpos, fazendo emergir o paradoxo do sujeito individualmente dividido. Nesse sentido, atravessamos uma crise de instituições disciplinares, com reformulações e setorizações em várias instâncias como o ensino, o hospital, a fábrica-empresa, etc., onde o controle cada vez mais especializado torna-se fundamental para as novas práticas de dominação social. Estratégias requintadas são adotadas na dispersão das correlações de força em diferentes níveis e escalas, seja para manutenção hegemônica ou resistência à mesma. Algumas delas são simples e perceptíveis, como a utilização de câmeras de segurança espalhadas pelas ruas, outras mais sutis e dissimuladas, como as ações “vacinação” social de Barthes (2001) mencionadas acima. A política do medo é uma das estratégias que mais está na moda nos principais centros do capitalismo liberal do mundo, é uma política que se autoafirma acima das velhas ideologias e focada na administração profissional e eficiente do “bem-estar” e da vida (ZIZEK, 2009). Jogam facilmente com os medos e as paranóias populacionais para as mais variadas ações de controle⁷.

No intuito de complexificar a idéia de visibilidade na concepção do panopticismo foucaultiano para os dias atuais, Thompson acrescenta os meios de comunicação nesta relação de poder e vai mostrar que com o nascimento e desenvolvimento destas instâncias a relação entre visibilidade e poder ganha novas perspectivas (THOMPSON, 2008). Basicamente a idéia de Thompson é mostrar que com a inserção das mídias haverá um Panóptico invertido: milhões de olhos invisíveis a mirar os detentores do poder político. Thompson crê que “o *desenvolvimento dos meios*

⁷ Um caso notório ocorreu nos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001: política do medo no combate ao terror de turbante do Oriente Médio. Num período de nove anos, o incremento nas ações belicistas e de segurança mais que triplicaram. Segundo o The Washington Post, o investimento anunciado para segurança e inteligência após 11/09 foi em torno de US\$ 75 bilhões, 21/2 mais que antes de 2001. Além disso, houve também a interceptação diária de mais 1.7 bilhões de e-mails, telefones e outros tipos de comunicações consideradas suspeitas nos EUA. A “Guerra ao Terror” se estendeu a países onde supostamente o terrorismo habitava. Conforme dados do relatório do congresso estadunidense o investimento nessa guerra (de 11/09 até 2010) foi de US\$1.08 trilhão, sendo US\$706 bilhões na guerra do Iraque (69%) e US\$300 bilhões na guerra do Afeganistão (28%).
Dados disponíveis em: <http://projects.washingtonpost.com/top-secret-america/articles/a-hidden-world-growing-beyond-control/> e <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL33110.pdf>



cria novos campos de ação e interação que envolvem diferentes formas de visualidade e nos quais as relações de poder podem alterar-se rapidamente, dramaticamente e tomando caminhos imprevisíveis.” (THOMPSON, 2008:20), complexificando às relações de poder entre sociedade civil e Estado.

Com a chegada da web e das tecnologias móveis a questão da visibilidade também ganha outras proporções, pois, além de amplificarem as potencialidades das mídias tradicionais, elas permitem que os usuários possam também ser os criadores e difusores de produtos comunicacionais, aumentando assim o fluxo de conteúdos simbólicos e conexões (THOMPSON, 2008). Devido a sua natureza, o controle deste fluxo é mais complexo de ser realizado do que nos meios convencionais, o que gera grandes implicações, riscos, inversões, possíveis rupturas, recrudescimento e etc., nas relações de poder engendradas no campo social. Assim, as lutas pela visibilidade e pelo controle do conteúdo simbólico na era da comunicação mediada por computadores serão fundamentais na agenda dos grupos que compreenderem seu potencial de força, passando a ser crucial em suas estratégias de luta.

A partir das transformações de toda ordem ocorridas no século XX, desde as mudanças no sistema de produção, dos aprimoramentos tecnológicos, das práticas capitalistas e seus discursos de verdade até as constantes revisões dos formatos disciplinares, a sociedade deste início de século XXI é a marca da passagem da era analógico/elétrica/disciplinar para a era digital/eletrônica/vigiada baseada na internet e no computador.

Tecnologias de controle e correlações de força no mundo Cibernético

Compreender as relações de força e enfrentamentos na rede mundial de computadores, suas tecnologias de controle e de resistências, exige mais do que olhar o retrato momentâneo dos fatos, é necessário também verificar as práticas e os discursos que se entrecruzaram e possibilitaram tal desfecho acontecer. A ideia de observar a história da internet não é para fazer um inventário de causas, mas simplesmente mostrar que desde seu princípio, a internet trazia em seu cerne constitutivo o paradoxo liberdade-controle, que se faz presente com grande força atualmente.

As práticas, tecnologias e discursos realizados na web foram constituídos pela participação de quatro “camadas de cultura”: a cultura da tecnoelite (de cientistas civis e militares, pesquisadores e acadêmicos); cultura hacker (pessoas altamente especializadas com valores libertários - *cyberpunks*, ciberativistas, *crackers*, *ravers*,



etc.); a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial (CASTELLS, 2001; LEMOS, 2002). As duas primeiras culturas seriam as de desenvolvimento tecnológico e normativo de várias ordens, a terceira seria a que dá a dimensão de sociabilidade e interação simbólica coletiva, já a última é a cultura que reúne todas as potencialidades das demais e as explora de maneira eficaz para transformar a rede em lucro. Estas culturas não são claramente divididas, mas sim sobrepostas, atuando conjuntamente e dispersamente pelo ciberespaço.

A partir do momento em que a rede mundial de computadores passa a se estender globalmente e ser vista não somente como uma tecnologia, mas como um suporte extremamente complexo e eficiente de comunicação e informação, torna-se peça chave nas disputas econômicas e políticas, sendo alvo das mais variadas estratégias de vigilâncias e controle de circulação de discursos. Isso porque as tecnologias têm um papel primordial nas transmutações sociais, não como princípio de revolução ou ruptura, mas como um possibilitador e potencializador das mesmas. Desta forma, as disputas pelo domínio da tecnologia e do que ela implica se dá na e pela esfera virtual mundializada (noosfera global). Em função disto, surge a idéia de *noopolitik*, um enfrentamento onde indivíduos e instituições devem atuar estrategicamente sobre fluxo de informação e comunicação em âmbito local, global, *online* e *off-line*, para poderem fazer visíveis suas posições, sejam elas comerciais, políticas ou culturais (CASTELLS, 2001).

Neste sentido, vimos emergir no espaço virtual (consolidadas também no mundo *off-line*) a partir dos interesses comerciais (propriedade intelectual e segurança em transações) e políticos (combate a crimes virtuais e segurança nacional), uma infinidade de tecnologias de controle informacional, principalmente no que diz respeito à liberdade de expressão, circulação de informações e à privacidade. Nas disputas de poder na web é possível perceber três estratégias principais de controle de informação. Tais técnicas são de: identificação; vigilância e; investigação/armazenamento (CASTELLS, 2001).

A identificação na internet pode ser descrita resumidamente da seguinte forma: é a aplicação de atributos e propriedades a uma pessoa, objeto, programa ou entidade. Assim, ela funciona basicamente de duas formas na web, uma indiscreta e a outra discreta, no submundo das programações. A primeira delas se dá pelo tradicional cadastramento de informações pessoais em sites ou programas para o uso. Dentro dessa forma de identificação existe ainda a dupla identificação consentida, onde, para participar de determinados sites ou programas de relacionamento, consentimos,



primeiramente, em entregar nossos dados pessoais às empresas fornecedores por meio de contrato eletrônico; e em segundo lugar, criamos, nas redes sociais, perfis expondo deliberadamente, diversas facetas de nossas vidas através de arquivos digitais (fotos, vídeos, etc.). No entanto, existe sempre a possibilidade da criação de perfis anônimos, mas por outro lado, existem também formas potentes de rastreamento. Existem maneiras mais discretas de identificação de computadores como a utilização de *cookies*, do registro de IP (*Internet Protocol*) e identificação de softwares. Os *cookies* são marcadores digitais automaticamente inseridos por diversos sites visitados para poder conhecer o perfil de navegação dos usuários. Já o IP é um protocolo de registro e localização que os computadores recebem pelos provedores ao se conectar a internet. A identificação de softwares é conhecida de quase todos que possuem sistemas operacionais da *Microsoft* ou *Itunes* da *Apple*. Os computadores com estes sistemas operacionais repassam sistematicamente suas informações para a empresa, que acaba por deter um grande banco de dados dos usuários.

Em relação às técnicas de vigilância, podemos dizer que existem uma infinidade delas pulverizadas em todos os cantos da web e que muitas se valem das técnicas de identificação descritas acima. Uma das formas básicas de vigilância se dá a partir de programas que ficam permanentemente fazendo leituras e levantamentos de informações e dados dos computadores e usuários em cima das identificações previamente obtidas. Podemos pensar na vigilância realizada pelos softwares dos provedores de e-mail para “melhor” nos oferecer produtos e propagandas (BRUNO, 2006). Ou então nas diversas ferramentas métricas usadas nas redes sociais para analisar as conversações, verificar comportamentos e tendências, além de buscar opiniões sobre determinadas empresas⁸. Mas não é somente com finalidades comerciais que a vigilância é realizada, basta lembrarmos da exacerbado controle que sucedeu os atentados às Torres Gêmeas mencionados acima. Ou então a vigilância sobre os funcionários de empresas, tanto em locais de trabalho quanto em sua via particular⁹.

No que diz respeito à vigilância na internet, ocorre um fato interessante: o crescimento da vigilância às avessas. Vemos crescer uma série de proposições – tecnológicas, estéticas, discursivas, administrativas – que incitam os indivíduos a exercerem um olhar e uma atenção vigilantes sobre a cidade, o outro, o mundo. É um

⁸ Ver o exemplo do site Ubervu Social Media Comparison: <http://www.ubervu.com/social-media-comparison/>

⁹ Um caso curioso foi a demissão do editor da revista National Geographic, depois de ter feito duras críticas no Twitter sobre uma matéria da Revista Veja. Para mais informações, acessar: <http://migre.me/ZPBy>



incentivo constante ao voyeurismo nas redes sociais e à vigilância participativa (BRUNO, 2009). O incentivo não é direto - vá e olhe – mas sutil, sugerindo que descubramos o que está acontecendo no mundo e com os outros. Incentivam também a dizer o que fazemos, pensamos, ou a indicar produtos, acontecimentos pessoais (crimes sofridos, viagens feitas, etc.) e etc. A vigilância compartilhada é a extensão do domínio do controle na era da Web 2.0. Todos observam todos e todos acham que são invisíveis.

Por último, mas não menos importante na escalada do controle, estão as técnicas de investigação e armazenamento. Estas tecnologias estão diretamente ligadas as de identificação e vigilância. Trata-se, basicamente, do registro de documentação dos dados e rastros deixados pelos internautas de seus computadores, formando bancos de dados valiosíssimos tanto para o marketing quanto para a política. Estes mananciais de informações servem para a identificação de perfis de consumidores, de tendências de consumo e comportamento, intenções de votos, necessidades e anseios massificados.

Como abordado anteriormente, hegemonias como o capitalismo não conseguem se exercer somente com estratégias negativas, mas necessitam também de positivities produtivas. Essa mesma situação se estabelece no poder engendrado nas relações digitalizadas, que também possuem um caráter positivo e agregador. Nota-se que, em certos casos, a vigilância se exerce de maneira secundária ou dissimulada, misturada a dispositivos com outras funções, sendo assim uma função potencial ou um efeito secundário. Isso se percebe ao visualizarmos programas projetados inicialmente para outras finalidades como comunicação, sociabilidade, entretenimento, publicidade, geolocalização etc. (BRUNO, 2009). Os efeitos positivos engendrados nas correlações de força são reafirmados nos discursos de hedonismo (promessa de prazer e felicidade) e de combate ao medo (refutação do mal). E pelo discurso da segurança contra o mal invisível e pela promessa de do prazer virtual interminável, entregamos de bom grado todas as informações pedidas. Vivemos na era da vigilância dispersa, compartilhada, consentida e multilateral.

O desenvolvimento compulsivo de softwares e arquiteturas complexa de programas pela proteção da propriedade intelectual privada, pela segurança contra crimes virtuais e pela identificação de consumidores, comportamentos e atitudes, aplicados por milhares de agentes, empresas e mesmo por governos, atravessam intensamente as navegações dos internautas médios (usuário sem conhecimentos técnicos avançados) constringendo as liberdades e invadindo as privacidades. A partir dos discursos de liberdade e privacidade, oriundos da cientificidade acadêmica, da



cultura hacker e dos gurus do marketing, existe uma falsa sensação de anonimato, de invisibilidades dos atos, pelo menos para os usuários médios. Engana-se quem pensa que sairá impune ao praticar atos ilegais pensando ser invisível. As ferramentas de identificação, rastreamento e vigilância estão cada vez mais aprimoradas e fortalecendo uma sistemática de dominação pulverizada e multilateral circulante nos nós da internet que se dá sobre as multiplicidades fragmentadas do indivíduo.

Dentro desta perspectiva de uma vigilância dispersa, quais seriam as possibilidades de resistir a isso? Que estratégias podem ser usadas para romper com uma sistemática de controle digital tanto nos micro quanto no macro ambientes de luta?

Para responder essas perguntas, nos vem à mente a proposição de Deleuze: “*Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas*” (DELEUZE, 1994). E desta forma, sem aguardar os efeitos totais da virada tecnológica de dominação, surgem no horizonte novos formatos de múltiplas resistências sejam elas em escala local ou global. Ela vem na mesma medida em que se dá o controle e a vigilância, ou seja, é uma luta de código contra código, sendo que o último se constrói na esteira dos discursos de liberdade, participação, coletividade e do “faça você mesmo”, engendrados ao longo da construção da internet.

Os efeitos de poder produzidos pela difusão destes discursos como uma verdade democrática do século XX e XXI, possibilitaram às pessoas (principalmente no caso do cidadão médio) um comportamento mais ativo na busca de seus direitos e nos enfrentamentos cotidianos contra as dominações de toda ordem. Na internet se espalham casos de grupos (*hackers, ciberpunks*, ONGs, movimentos sociais) que se apropriaram da tecnologia disponível para potencializar suas formas de lutas. Invasões de páginas de grandes corporações e governos, por parte de ciberativistas, formações de mídias independentes das mega empresas (IndyMedia¹⁰), organização de movimentos em rede, em fim, são inúmeros os exemplos de atuação de resistências no estrato social.

Em relação às tecnologias da liberdade (CASTELLS, 2001), percebe-se que muitas vezes elas são construídas e distribuídas nas próprias redes de parceria (peer-to-peer) para dificultarem as possibilidades de vigilância e controle e facilitarem a liberdade de expressão e privacidade. Para citar algumas destas técnicas vale mencionar (além, é claro, dos softwares livres que possibilitam aos usuários o uso não comercial de programas) o T.O.R (*The Onion Router*) e o Freenet. Estes são pacotes de programas,

¹⁰ Disponível em: <http://www.indymedia.org/>



que podem tornar um IP anônimo e evitar o rastreamento, fazendo com que a informação navegue por caminhos sinuosos no intuito de despistar rastreadores¹¹.

As formas de resistências que emergem no ambiente 2.0, baseiam sua arquitetura¹² organizacional nos moldes da rede sem escala Barabási descrever (BARABÁSI, 2003). Duas sistemáticas são mais constantemente visualizadas em movimentos de resistência *online*: as redes SPIIN e as redes teia de aranha (ANTOUN, 2004). A SPIIN (*Segmented, Polycentric, Ideologically Integrated Network*) se estrutura em pequenos grupos celulares interligados a outros por diversos vínculos e possui um movimento fluído e espiralado. Já o formato da teia é diferenciado, pois se constitui de uma multiplicidade de nós interconectados, sendo alguns deles mais ricos (*hubs*) e outros menos (ANTOUN, 2004). A ideia central de ambos os formatos é ser uma organização flexível, sem lideranças ou hierarquias verticais voltadas para o despiste e a confusão informacional no intuito de conseguir realizar uma auto-organização estratégica de suas ações. Nestes dois tipos de redes sem escala existe um grande compartilhamento de conhecimentos, assim, a comunicação, o acesso e a transmissão de conteúdo se dão de forma rápida e “viral” e a defesa a ataques é mais resistente, pois a derrubada de um dos nós não afeta toda a estrutura (BARABÁSI, 2003). Outra característica interessante é a efemeridade de muitos movimentos em rede, que se dispersam com a mesma velocidade que emergem.

Um exemplo desses tipos de resistência de grande impacto gerado por agrupamentos instantâneos de insurgência política foram os massivos protestos dos cidadãos iranianos contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad à presidência do Irã. Reconhecido mundialmente pela restrição à internet, o Irã vivenciou momentos de quase revolução civil, com centenas de milhares de pessoas nas ruas exigindo novas eleições, organizados fundamentalmente através das ferramentas comunicacionais das TDCI. Inúmeras foram às estratégias de subversão à censura governamental, que iam desde ferramentas como o T.O.R., a utilização de máscaras e anonimatos para evitar o rastreamento, até o auxílio de grandes sites da internet como *Youtube*, que permitiu a

¹¹ Existem diversos tutoriais na internet sobre o uso do T.O.R. Segue um exemplo: <http://migre.me/ZvVg>

¹² Em relação à arquitetura da internet, podemos compreendê-la baseada em três princípios: estrutura em rede descentralizada; poder computacional distribuído pela rede; e redundância de informações para diminuir os riscos de dano (CASTELLS, 2001). Por estes princípios se organizou um sistema flexível, encadeado por milhares de nós interconectados uns aos outros de forma imprevisível e sem escala, tornando-a resistente a acidentes. Isso quer dizer que existem nós da rede que possuem mais ligações (links) do que outros: os nós mais “ricos” são chamados de pólos de convergência e irradiação. Num estudo realizado por Barabási (BARABÁSI, 2003) foi comprovado que 80% das páginas da web (nós) tem cerca de quatro links, em contrapartida, cerca de 0,01% possuíam mais de mil conexões.



publicação de vídeos contendo cenas de violência e morte – no famoso episódio do brutal assassinato de Neda Agha Soltan¹³.

A articulação dos protestos, tanto voltadas para as ações nas ruas, quanto para as ações destinadas a chamar a atenção da mídia internacional se deram baseadas na interligação de diversos sites de redes sociais, como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e uma ampla rede de blogueiros engajados em transmitir informações diretamente das ruas para a imprensa (SCHIECK, 2009). Por maior que tenha sido a participação do Mousavi e seus correligionários na tentativa de coordenar os movimentos de oposição, certamente sua participação como líder foi mais simbólica do que ativa. A organização em formato de rede sem escalas que se engendrou nos protestos, sem líderes, mas com vários agentes ativos e dispersos, foi o que realmente agregou os manifestantes e o que fez a burla da censura governamental. Mesmo assim, a repressão foi intensa, pois diversos insurgentes foram presos meses depois, sendo alguns deles executados.

Considerações Finais

O que se pode perceber nestes acontecimentos no Irã (e também na Grécia), foi um movimento popular que teve uma mistura tanto de cidadãos em rebelião quanto de grupos organizados (políticos ou não), fazendo emergir esse novo formato de protesto, radical e efêmero, de choque e de movimento, agregador e altamente participativo. O que estas manifestações revelaram foi o surgimento de um novo fenômeno global: as resistências viralizadas. Foi através da apropriação dos usuários das tecnologias digitais e móveis que tornou-se possível uma conexão rápida e virulenta com atores dos mais variados grupos, unidos em prol das mesmas reivindicações. Esse novo fenômeno de organização social *online* mostra-se contrária à visão de decrescimento no ativismo e engajamento, às sombrias previsões orwellianas do completo domínio do povo pelo grande olho e ao utopismo tecnológico de teóricos como Pierre Levy.

Interessante notar que esse novo formato (ou nova ordem) das resistências nas correlações de poder se firma fundamentada nas formas móveis e em fluxo das redes sem escala. E assim, se é possível visualizar forças de controle e dominação multiplicadas ao longo da rede e alinhadas sob uma sistemática de dominação capitalista, também é possível perceber a dispersão e alinhamento dos movimentos de resistências que se interligam através das relações de cooperação e parceria. Resistência nas criações de softwares livres, nos códigos aberto, nos programas de navegação

¹³ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZmrB2FOLqiE&feature=fvst>



segura, nos esquemas de privacidade, etc. Mesmo ocorrendo de maneira pulverizada na miríade das relações sociais, as resistências na web possuem características da cibercultura, de sua velocidade de conexão, virulência e efemeridade, atualizando-as em suas estratégias de ação e reação. Possuem um fluxo constante de encadeamento no meio do caos do mundo dos bits e da desordem digitalizada. Por fazer parte do contexto de um capitalismo financeiro, as práticas desenvolvidas pelas apropriações e usos das TDCI pela sociedade civil, carregam em seu seio o paradoxo do sujeito individualmente dividido. Pois, por mais que existam formas de individualização no controle e visibilidade *online*, as possibilidades de dispersão e simulação de facetas permite que os sujeitos atuem, não só por diversos e interconectados meios e plataformas, mas também com diversas máscaras, códigos, codinomes etc. sem ser localizado, possibilitando constantes articulações políticas – ou seja, há um aumento estratégico na potência de ação das resistências.

Assim, ao estudarmos essas formas de resistências dentro das lutas de poder, é possível concordar com Foucault no momento em que diz que a visibilidade condiciona comportamento e serve de grande instrumento de dominação. No entanto, também podemos concordar com Thompson (2008) e Castells (2001) ao perceber que as novas tecnologias digitais e móveis dão aos usuários uma capacidade de exercer seu olhar a tudo e a todos, se fortalecendo e se fragilizando ao mesmo tempo dentro dos enfrentamentos e correlações de força.

Dentro do complexo contexto da sociedade neste alvorecer de século XXI, este trabalho buscou fazer uma breve análise referente às lutas de força no âmbito das TDCI. Não pretendemos aqui traçar verdades absolutas referentes às novas possibilidades de formatos das resistências ou projetar “o” caminho, apenas refletir sobre uma área que necessita constantes pesquisas e aprofundamentos devido seu grau de importância para as disputas políticas.

REFERÊNCIAS

ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. São Leopoldo, VI (2):67-86, julho/dezembro 2004.

BARABÁSI, Albert-László; BONABEAU, Eric. Redes sem Escala. Scientific American (Brasil), No. 13, 64-72, 2003.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.



BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 152-9, mai./ago., 2006.

_____. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós*, Brasília, v.12, n.2, maio/ago. 2009.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Verdade e Poder*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

SCHIECK, Mônica. Os gorjeios que ganharam o mundo ou a importância do Twitter na #iranelection. Trabalho apresentado na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, 2009.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. In: *Matrizes*, n. 2, p. 15-38, abril de 2008. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/viewFile/40/pdf_22.

ZIZEK, Slavoj. *Violence. Six sideways reflections*. London: Profile Books, 2009.